

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

**“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”**

PADRÃO DE RESPOSTA - PEÇA PROFISSIONAL - C002026

**Enunciado**

Mário e Henrique celebraram contrato de compra e venda, tendo por objeto uma máquina de cortar grama, ficando ajustado o preço de R\$ 1.000,00 e definido o foro da comarca da capital do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer conflitos. Ficou acordado, ainda, que o cheque nº 007, da Agência nº 507, do Banco X, emitido por Mário para o pagamento da dívida, seria pós-datado para ser depositado em 30 dias. Ocorre, porém, que, nesse ínterim, Mário ficou desempregado. Decorrido o prazo convencionado, Henrique efetuou a apresentação do cheque, que foi devolvido por insuficiência de fundos. Mesmo após reapresentá-lo, o cheque não foi compensado pelo mesmo motivo, acarretando a inclusão do nome de Mário nos cadastros de inadimplentes.

Passados dez meses, Mário conseguiu um novo emprego e, diante da inércia de Henrique, que permanece de posse do cheque, em cobrar a dívida, procurou-o a fim de quitar o débito. Entretanto, Henrique havia se mudado e Mário não conseguiu informações sobre seu paradeiro, o que inviabilizou o contato pela via postal.

Mário, querendo saldar a dívida e restabelecer seu crédito perante as instituições financeiras procura um advogado para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Com base no caso apresentado, elabore a peça processual adequada. **(Valor: 5,00)**

*Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

**Gabarito Comentado**

A peça cabível consiste em uma Ação de Consignação em Pagamento, nos termos dos artigos 890 a 900 do CPC e dos artigos 334 a 345 do Código Civil. A demanda deverá ser proposta perante uma das Varas Cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. Deverá Mário figurar no polo ativo e Henrique no polo passivo, atendendo-se aos requisitos previstos no Art. 282 do CPC.

Na abordagem dos fatos e fundamentos, deve o examinando salientar a existência de relação jurídica contratual entre as partes, destacar a existência de dívida pendente e a pretensão de liberar-se da obrigação pelo pagamento, o que não ocorreu em virtude do fato de que o credor reside em local desconhecido, o que autoriza a consignação.

Deverá, ainda, requerer o depósito da quantia devida, pedindo-se a antecipação dos efeitos de tutela jurisdicional, com determinação da retirada do nome de Mário dos cadastros de inadimplentes, a citação por edital do réu para levantar a quantia depositada ou oferecer resposta, deduzir pretensão declaratória de extinção da obrigação pelo pagamento, a condenação em custas e os honorários advocatícios e a produção de prova por todos os meios admitidos.

Ao final, deve o examinando indicar o endereço do advogado, o valor da causa, o local, a data e a assinatura do advogado, além de comprovar o pagamento das custas.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

## DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

## DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
<b>Endereçamento ao juízo correto:</b> Juízo de uma das Varas Cíveis da comarca da capital do Rio de Janeiro (0,10)	0,00 / 0,10
Indicação correta do polo ativo (0,10) com qualificação (0,10) e passivo (0,10) com qualificação (0,10)	0,00 / 0,10 / 0,20 / 0,30 / 0,40
Fundamentos legais: CPC, artigos 890 a 900 <b>OU</b> CC, artigos 334 a 345 (0,20) <i>Obs.: A simples menção ao dispositivo não pontua</i>	0,00 / 0,20
<b>Fundamentação:</b> 1 – afirmação de existência da relação contratual; (0,20) 2 - existência de dívida pendente e o interesse em quitá-la.; (0,20) 3 - não localização da residência do credor para receber o pagamento; (0,20)	0,00 / 0,20 / 0,40 / 0,60 /
Demonstração do cumprimento dos requisitos da tutela antecipada (0,45), nos termos do disposto no art. 273 do CPC (0,15) <i>Obs.: A simples menção ao dispositivo não pontua</i>	0,00 / 0,45 / 0,60
<b>Pedidos:</b> 1 - depósito da quantia devida; (0,30)	0,00 / 0,30 /
2 - citação do réu (0,10) <b>por edital</b> (0,10) para levantar o depósito ou oferecer resposta; (0,10)	0,00 / 0,10 / 0,20 / 0,30
3- Concessão de tutela antecipada, com determinação da retirada do nome de Mário dos cadastros de inadimplentes; (0,30)	0,00 / 0,30 /
4. a procedência da ação (0,20), conforme art. 269, I, do CPC (0,15) , para confirmar a antecipação de tutela (0,20) e declarar extinta a obrigação pelo pagamento (0,20)	0,00 / 0,20 / 0,35 / 0,40 / 0,55 / 0,60 / 0,75
5 - a condenação do réu ao pagamento de custas (0,15) e honorários advocatícios; (0,15)	0,00 / 0,15 / 0,30
Protesto pela produção de provas (Art. 282, do CPC) (0,20)	0,00 / 0,20
Indicação de pagamento de custas processuais ou pedido de gratuidade de justiça (0,10)	0,00 / 0,10
Estruturação adequada da peça: Fato (0,10), fundamento (0,20) e pedido (0,25).	0,00 / 0,10 / 0,20 / 0,25, / 0,30 / 0,35 / 0,45 / 0,55
Valor da Causa (Art. 282, do CPC) (0,20)	0,00 / 0,20
Local, data, assinatura e OAB do advogado (0,10)	0,00 / 0,10

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 1 - B002093

Enunciado

Josué, que não tinha lugar para morar com a família, ocupou determinada área urbana de 500 metros quadrados. Como ignorava a titularidade do imóvel, o qual se encontrava sem demarcação e aparentemente abandonado, nele construiu uma casa de alvenaria, com três quartos, furou um poço, plantou grama, e, como não possuía outro imóvel, fixou residência com a mulher e os cinco filhos, por cerca de dois anos, sem ser molestado. Matusalém, proprietário do imóvel, ao tomar conhecimento da ocupação, ajuizou ação de reintegração de posse em face de Josué.

Diante de tal situação, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações a seguir.

- A) Na contestação, Josué poderia requerer a indenização pelas benfeitorias realizadas? **(Valor: 0,65)**
- B) Qual seria o prazo necessário para que pudesse arguir a usucapião em seu favor e qual a sua espécie? **(Valor: 0,60)**

*Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

Gabarito comentado

- A) Josué, por ser possuidor de boa-fé, poderá suscitar, em contestação, o direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis, nos termos do Art. 1.219 do Código Civil.
- B) Josué teria que ter a posse mansa e pacífica do imóvel por 10 (dez) anos para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária, nos termos do Art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A. Sim. Por estar de boa-fé (0,20), tem direito à indenização pelas benfeitorias realizadas (0,35), nos termos do Art. 1.219 do Código Civil (0,10). <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i>	0,00/0,20/0,30/0,35/0,45/0,55/0,65
B. Posse mansa e pacífica do imóvel por 10 (dez) anos (0,20) para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária (0,30), nos termos do Art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil (0,10). <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i>	0,00 / 0,20 / 0,30 / 0,40 / 0,50 / 0,60

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

**“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”**

**PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 2 - B002224**

**Enunciado**

Adalberto e Marieta foram casados pelo regime de comunhão parcial de bens por oito anos. Estão separados de fato há vinte anos e possuem dois filhos maiores e capazes. O casal mantém patrimônio conjunto e ingressou com ação de divórcio. Ocorre que, tão logo ajuizaram a ação para a dissolução do vínculo conjugal, o advogado de ambos ficou impossibilitado de representá-los em juízo, motivo pelo qual outro advogado assumiu a causa e informou a Adalberto e Marieta que o divórcio poderia ter sido realizado em cartório, pela via extrajudicial.

Diante do caso apresentado, responda aos itens a seguir, apontando o fundamento legal.

- A) É possível a convalidação da ação de divórcio em divórcio por escritura pública? Como devem proceder para realizar o divórcio em cartório extrajudicial? **(Valor: 0,75)**
- B) Caso Adalberto e Marieta pretendam manter os bens comuns do casal em condomínio, é possível a dissolução da sociedade conjugal sem a realização da partilha? **(Valor: 0,50)**

*Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

**Gabarito comentado**

A) Não é possível a convalidação de ação de divórcio em procedimento administrativo de divórcio. Isso porque o processo judicial somente pode ser finalizado pela via do Poder Judiciário, ainda que se extinga por meio de sentença meramente homologatória da desistência da ação. Se Adalberto e Marieta pretendem realizar o divórcio por escritura pública, devem desistir da ação judicial a fim de extinguir o processo judicial (Art. 267, VIII, do CPC) e ingressar com a medida extrajudicial de dissolução do vínculo conjugal, com base no Art. 1.124-A do CPC, OU mesmo ingressar com a medida administrativa e comunicar ao Juízo perante o qual tramita a ação judicial de divórcio, requerendo a extinção do processo por falta de interesse processual por motivo superveniente.

B) Sim, é possível a realização do divórcio sem prévia partilha dos bens, podendo manter os bens comuns do casal em condomínio. É o que autoriza o Art. 1.581 do CC.

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL****Aplicada em 13/09/2015****ÁREA: DIREITO CIVIL****“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”****DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS**

ITEM	PONTUAÇÃO
<p>A. Não é possível a convolação de ação de divórcio em procedimento administrativo de divórcio (0,35). Se Adalberto e Marieta pretendem realizar o divórcio por escritura pública, devem desistir da ação judicial a fim de extinguir o processo judicial (Art. 267, VIII, do CPC) (0,20) e ingressar com a medida extrajudicial de dissolução do vínculo conjugal, com base no Art. 1.124-A do CPC (0,20), OU mesmo ingressar com a medida administrativa (0,20) e comunicar ao Juízo perante o qual tramita a ação judicial de divórcio, requerendo a extinção do processo por falta de interesse processual por motivo superveniente (Art. 267, VI, do CPC) (0,20)</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	<p>0,00 / 0,20 / 0,35 / 0,40 / 0,55 / 0,75</p>
<p>B. A partilha dos bens comuns do casal não é requisito à dissolução da sociedade conjugal (0,40). Art. 1.581 do CC ou Enunciado de súmula n. 197, do STJ (0,10).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	<p>0,00 / 0,40 / 0,50</p>

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

**“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”**

**PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 3 - B002244**

**Enunciado**

Eduardo, jovem engenheiro, pouco depois de graduar-se e conseguir o seu primeiro emprego, deixou a casa do pai, alugando de José um pequeno apartamento próximo ao seu trabalho. O contrato de locação foi celebrado por instrumento escrito, estabelecendo prazo determinado de trinta meses. Rodrigo, viúvo, pai de Eduardo, interveio no contrato na qualidade de fiador do locatário, renunciando ao benefício de ordem e declarando-se solidariamente responsável pelas obrigações assumidas pelo afiançado. Pouco tempo depois, Ana, namorada de Eduardo, passa a residir com ele no imóvel alugado, tendo ambos o objetivo de constituir família. A união, porém, durou apenas dois anos, o que levou Eduardo a deixar o lar familiar quando ainda faltavam oito meses para o término do prazo contratualmente ajustado.

Diante do fato apresentado, utilizando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso, responda aos itens a seguir.

- A) Com a saída de Eduardo de casa, Ana pode continuar residindo no imóvel locado? Que providências ela deve tomar se tiver interesse em permanecer no imóvel locado? **(Valor: 0,50)**
- B) A partir do momento em que Eduardo deixou o lar, seu pai, Rodrigo, não tendo mais interesse em continuar garantindo a locação, pode, de alguma forma, desvincular-se da fiança? **(Valor: 0,50)**
- C) O que José pode fazer para evitar que o contrato fique sem garantia? **(Valor: 0,25)**

*Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

**Gabarito comentado**

A) Sim, na qualidade de sucessora do locatário, tendo em vista a dissolução da união estável em que vivia com Eduardo, conforme permite o Art. 12, da Lei nº 8.245/91. A locação, nesse caso, “*prosseguirá automaticamente*” caso Ana permaneça no imóvel, segundo o mesmo dispositivo legal. Incumbe-lhe, porém, comunicar a sub-rogação por escrito tanto ao locador quanto ao fiador, como determina o Art. 12, § 1º, da mesma Lei.

B) Rodrigo pode exonerar-se, desde que o faça no prazo de trinta dias, contados do recebimento da notificação oferecida por Ana. Ainda assim, contudo, continuará responsável pelos efeitos da fiança durante 120 dias após a notificação ao locador, de acordo com o Art. 12, § 2º, da Lei do Inquilinato.

C) Neste caso, José pode exigir que Ana ofereça nova modalidade de garantia ou indique novo fiador, no prazo de trinta dias, sob pena de desfazimento da locação, conforme dispõe o Art. 40, inciso IV e o parágrafo único, da Lei nº 8.245/91.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

### DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
<p>A<sub>1</sub>. Sim, Ana pode continuar no imóvel na qualidade de sucessora do locatário, tendo em vista a dissolução da união estável em que vivia com Eduardo (0,20), conforme permite o Art. 12 da Lei nº 8.245/91 (0,10).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	0,00 / 0,20 / 0,30
<p>A<sub>2</sub> Neste caso, a locação “prosseguirá automaticamente” caso Ana permaneça no imóvel (0,10), como determina o mesmo Art. 12, § 1º (0,10).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	0,00 / 0,10 / 0,20
<p>B<sub>1</sub>. Caso não pretenda continuar garantindo o contrato, Rodrigo pode exonerar-se, desde que o faça no prazo de trinta dias (0,10), contados do recebimento da notificação remetida por Ana (0,10), conforme dispõe o Art. 12, § 2º, da Lei do Inquilinato (0,10).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	0,00 / 0,10 / 0,20 / 0,30
<p>B<sub>2</sub>. Ainda assim, o fiador continuará responsável pelos efeitos da fiança durante 120 dias após a notificação ao locador (0,20).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	0,00 / 0,20
<p>C. - José pode exigir que Ana ofereça nova modalidade de garantia ou indique novo fiador, no prazo de trinta dias, sob pena de desfazimento da locação (0,15), conforme dispõe o Art. 40, inciso IV e parágrafo único, da Lei nº 8.245/91 (0,10).</p> <p><i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i></p>	0,00 / 0,15 / 0,25

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 4 - B002264

Enunciado

O famoso atleta José da Silva, campeão pan-americano da prova de 200 m no atletismo, inscreveu-se para a Copa Rio de Atletismo – RJ, 2015. O torneio previa, como premiação aos campeões de cada modalidade, a soma de R\$ 20.000,00. Todos os especialistas no esporte estimavam a chance de vitória de José superior a 80%. Na semana que antecedeu a competição, o atleta, domiciliado no estado de Minas Gerais, viajou para a cidade do Rio de Janeiro para treinamento e reconhecimento dos locais de prova. Na véspera do evento esportivo, José sofreu um grave acidente, tendo sido atropelado por um ônibus executivo da sociedade empresária D Ltda., com sede em São Paulo. O serviço de transporte executivo é explorado pela sociedade empresária D Ltda. de forma habitual, organizada profissionalmente e remunerada. Restou evidente que o acidente ocorreu devido à distração do condutor do ônibus. Em virtude do ocorrido, José não pôde competir no aludido torneio. O atleta precisou de atendimento médico-hospitalar de emergência, tendo realizado duas cirurgias e usado medicamentos. No processo de reabilitação, fez fisioterapia para recuperar a amplitude de movimento das pernas e dos quadris.

Sobre a situação descrita, responda aos itens a seguir.

- A) Que legislação deve ser aplicada ao caso e como deverá responder a sociedade empresária D Ltda.? Quais os danos sofridos por José? **(Valor: 0,85)**
- B) Qual o prazo para o ajuizamento da demanda reparatória? É possível fixar a competência do juízo em Minas Gerais? **(Valor: 0,40)**

*Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.*

Gabarito comentado

A<sub>1</sub>) Trata-se de uma relação de consumo, na qual José se qualifica juridicamente como consumidor por equiparação, vítima de acidente de consumo, conforme o Art. 17 do CDC. A sociedade empresária D Ltda. enquadra-se na condição de fornecedora de serviços conforme o Art. 3º, § 2º, do CDC. Assim, deve-se aplicar o CDC e a responsabilidade civil será objetiva, nos termos do Art. 14 do CDC, bem como no Art. 37, § 6º, da Constituição da República, por tratar-se de prestadora de serviço público.

A<sub>2</sub>) Quanto aos danos suportados pelo corredor, verifica-se a ocorrência da perda de uma chance. Trata-se da frustração da probabilidade de obter o prêmio da Copa Rio de Atletismo. A situação revela que a chance se revestia das características jurídicas de séria e real, e, assim, deverá ser reparada. Além da perda da chance, deverão ser indenizados os danos morais pela violação da integridade física e os danos emergentes decorrentes dos tratamentos médicos (Art. 402 do CC).

B) O prazo prescricional será de cinco anos, como prevê o Art. 27 do CDC. O regime de consumo autoriza o ajuizamento da ação no domicílio do autor, conforme previsto no Art. 101, I, do CDC. Portanto, José poderá optar pela demanda, em Minas Gerais.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 13/09/2015

ÁREA: DIREITO CIVIL

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

### DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

ITEM	PONTUAÇÃO
A <sub>1</sub> . Aplica-se o CDC (0,10) e a responsabilidade civil será objetiva (0,10), pois José é consumidor por equiparação (0,15), conforme determinam o Art. 14 do CDC, ou art. 37, § 6º, da CRFB. (0,10) <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i>	0,00 /0,10 /0,15/0,20 / 0,25/ 0,30/0,35/0,45
A <sub>2</sub> . Além da perda da chance (0,10), deverão ser compensados os danos morais pela violação da integridade física (0,10) e indenizados os danos emergentes decorrentes dos tratamentos médicos (0,10), de acordo com o Art. 402 ou Art. 949, ambos do CC (0,10). <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i>	0,00/0,10/0,20/ 0,30/0,40
B <sub>1</sub> . O prazo aplicável é de cinco anos (0,10) conforme Art. 27 do CDC (0,10) <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i>	0,00/0,10/0,20
B <sub>2</sub> . O consumidor terá a faculdade de demanda em seu domicílio, no caso, Minas Gerais (0,10) conforme possibilita o Art. 101, I, do CDC (0,10) <i>Obs.: a mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.</i>	0,00/0,10/0,20